



MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL – MIR
CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

ATA DA 88ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14 E 15 DE OUTUBRO DE 2024

1 Nos dias catorze e quinze de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Edifício Sede I - Banco do
2 Brasil, Torre Norte, 15º Andar, Sala de Videoconferência 2, Quadra 5, Lote B, SAUN, s/n – Asa
3 Norte, Brasília/DF, foi realizada a 88ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da
4 Igualdade Racial - CNPIR. Estiveram presentes, pelo Poder Público, a Presidenta do Conselho e
5 Ministra de Estado da Igualdade Racial **Anielle Franco**; a Conselheira Titular da Casa Civil da
6 Presidência da República (CC/PR), **Cecilia Bizerra Souza**; a Conselheira Titular do Ministério da
7 Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), **Elisangela Lizardo De Oliveira**; a Conselheira Titular do
8 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), **Ana Maria Sales Placidino**;
9 o Conselheiro Suplente do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate
10 à Fome (MDS), **Bruno Alves Chaves**; a Conselheira Titular do Ministério da Integração e do
11 Desenvolvimento Regional (MIDR), **Daniela Luciana Da Silva**; o Conselheiro Titular do Ministério
12 da Justiça e Segurança Pública (MJSP), **Seimour Pereira De Souza Filho**; o Conselheiro Suplente
13 do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), **Elizeu Soares Lopes**; a Conselheira Titular do
14 Ministério das Mulheres (MMulheres), **Vânia Viana Santos**; o Conselheiro Suplente do Ministério
15 do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), **Jacobson Luiz Ribeiro Rodrigues**; a Conselheira
16 Titular do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), **Anderson Lozi da Rocha**; o
17 Conselheiro Titular do Ministério das Relações Exteriores (MRE), **Nathanael de Souza e Silva**; a
18 Conselheira Titular do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), **Anatalina Lourenço Da Silva**; a
19 Conselheira Suplente da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), **Andréia Amorim**
20 **Dias**. Estiveram presentes, pela Sociedade Civil, a Vice-Presidente e Conselheira Titular da União de
21 Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO), **Marina Lais Duarte da Silva**; a Conselheira Titular
22 da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), **Iraneide Soares Da Silva**; o

Conselheiro Titular da Associação dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs), **Nuno Coelho De Alcantara Junior**; a Conselheira Titular da Casa de Cultura Ile Ase D'osoguiã (CCIAO), **Mãe Tuca D'Osoguiã**; a Conselheira Titular da Central Única dos Trabalhadores (CUT), **Maria Júlia Reis Nogueira**; o Conselheiro Titular do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), **Gilvan Ferreira De Souza**; o Conselheiro Titular da Coalizão Negra Por Direitos (CND), **Airton Ferreira Da Silva**; o Conselheiro Titular do Coletivo de Entidades Negras da Bahia (CEN-BA), **Antonio Ricardo Herculano Da Silva**; O Conselheiro Suplente do Coletivo Nacional de Juventude Negra (ENEGRECER), **Afonso José Dias Gomes**; a Conselheira Titular da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), **Carlene Patricia Santos Printes Cabral**; a Conselheira Titular da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (CONAQ), **Maria Aparecida Ribeiro De Sousa**; o Conselheiro Titular da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), **Igor Correia Dos Prazeres**; a Conselheira Titular do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA), **Iyá Vera Beatriz Soares**; a Conselheira Titular do Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, **Deuzília Pereira Da Cruz**; a Conselheira Titular do Instituto Alma Preta Jornalismo, **Elaine Maria Da Silva De Toledo**; a Conselheira Titular do Movimento Negro Unificado (MNU), **Rosa Negra**; o Conselheiro Suplente da Rede Amazônia Negra (RAN), **Ivo Gregório De Campos**; o Conselheiro Suplente da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde - RENAFRO SAÚDE, **Olumide Betinho**. Esteve presente, como Notório-Saber, o Conselheiro **Douglas Belchior**. Estiveram presentes, como convidados, **Igor Novaes Lins** (Coordenador da ASPAR); **João Victor de Souza Batista** (Diretor de Gestão e Administração); **Marianne Xavier** (Coordenadora Geral da DPA); **Moema Carvalho Lima** (Coordenadora Geral da DPA); **Nailah Neves Velei** (Chefe da Aspar); **Rachel Barros de Oliveira**; **Rafael da Silva** (SNAJ/MPS); **Ronaldo dos Santos** (Secretário SQPT); **Roni Matias** (APSD/MCID); **Vanessa Patrícia Machado Silva** (Coordenadora da DPA). Convidados – Dia 15/10/2024 - tarde: **Dora Batista dos Santos** (MIR); **Isadora Bispo**; **Janaina Fernanda** (ASPAD/MIR); **João Victor de Souza Batista** (Diretor de Gestão e Administração); **Luzi Borges** (DPTMAT/MIR); **Mário Fábio de Faria**; **Paula Balduino de Melo** (Diretora da DPQC); **Roberta Eugênio** (Secretária-Executiva). Por fim, estavam igualmente presentes a equipe da Secretaria-Executiva do Conselho, composta pela Secretária-Executiva do Conselho, **Larissa da Cruz Santiago**; Assistente Administrativa do CNPIR, **Edna Gabrielle da Silva** e Assistente Administrativa do CNPIR **Gabriela Barros Menezes**. Dia

14/10/2024: A Presidente Anielle Franco cumprimentou e agradeceu a presença de todos e falou sobre o esforço para garantir a presença dos conselheiros de outros Ministérios na plenária. Relatou a reunião da mesa diretora, ocorrida na semana anterior, em que foram feitos os seguintes encaminhamentos: *pautar com prioridade a organização da V Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CONAPIR; elaborar as sugestões dos pontos de pauta com duas reuniões de antecedência; e apresentar as deliberações ad referendum no primeiro dia da reunião ordinária.* A seguir, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva cumprimentou a todos, desejou que a reunião fosse proveitosa e agradeceu a presença da Presidente Anielle Franco. O Conselheiro Antônio Ricardo Herculano da Silva pediu a palavra para relembrar sua solicitação a respeito do convite aos representantes dos Ministérios para apresentarem as políticas voltadas para a população negra que estavam sendo desenvolvidas. Em resposta, a Presidente Anielle Franco afirmou que encaminharia a solicitação e a Sra. Larissa da Cruz Santiago declarou que a pauta estava sendo desenvolvida e citou participações recentes dos Ministérios no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR. Falou que, se desejasse, o Conselheiro Antônio Ricardo Herculano da Silva poderia formalizar, por meio de ofício, a solicitação específica da representação de algum Ministério. Na sequência, a Presidente Anielle Franco fez a leitura da ordem do dia, a saber: *Dia 14/10/2024: 9h30 – Abertura; 9h35 às 10h - Aprovação da pauta e da Ata; 10h às 12h - Temas Prioritários: apresentação da V CONAPIR, aprovação do Regimento Interno da V CONAPIR, votação das subcomissões da V CONAPIR, votação da metodologia e programação da Plenária Quilombola; 12h às 13h30 - Almoço; 13h30 às 16h30 – Inscrições para fala, votação das Comissões Permanentes e Comissão de Ética, votação ad referendum do pleno sobre a indicação da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde – RENAFRO e do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros - FONATRANS para a vaga do Comitê Técnico de Saúde da População Negra, indicação de cinco conselheiros para participação na Jornada da Igualdade Racial, indicação de um ou mais conselheiros para a Mesa de Promoção da Igualdade Racial de Taubaté, Ofícios nº 09/2024, deliberação ad referendum sobre o uso do tema da V CONAPIR na Marcha Negritude Unificada da Paraíba, deliberação ad referendum sobre a participação na Marcha de Mulheres Negras 2025; 16h30 às 17h50 – Informes e encaminhamentos, com prioridade ao Manual para Instrução de Pleitos – MIP da Lei Orçamentária Anual – LOA 2024-2025, agenda legislativa do Ministério da Igualdade Racial - MIR e Projeto de Emenda à Constituição - PEC da Anistia, pauta climática, Plano Clima e Conferência das Partes - COP; 17h50 às 18h – Repasse da ata e*

85 *encerramento*. Então, a Conselheira Carlene Printes questionou a inclusão da pauta climática apenas
86 como informe, pedindo que fossem discutidas ações e deliberações para atender a população diante
87 da emergência climática imposta pela estiagem na Região Norte, ao que a Presidente Anielle Franco
88 sugeriu que o tempo dos informes fosse dividido para também atender a demanda. A Vice-Presidente
89 Marina Lais Duarte da Silva acrescentou que, além de iniciar o debate na presente reunião, o tema
90 poderia ser pautado como prioritário para a reunião subsequente. Após, a Conselheira Edvalda Bispo
91 dos Santos Viana pediu o reconhecimento da participação do seu suplente, Conselheiro Marcos Túlio
92 Costa Gattas, nas publicações referentes às Oficinas, sendo que a Vice-Presidente Marina Lais Duarte
93 da Silva reiterou que, caso o ocorrido fosse a respeito das publicações do Branco do Brasil, o
94 Conselho poderia apenas instruir a instituição. Não havendo mais manifestações, a ordem do dia foi
95 aprovada. Ato seguinte, passou-se à apresentação da V CONAPIR. A Sra. Larissa da Cruz Santiago
96 convidou para fazerem a apresentação os representantes da Faculdade Latino-Americana de Ciências
97 Sociais - FLACSO Kathia Dudyk, Bárbara Nonato, Luciano Nunes Ribeiro e Carolina Nunes Diniz.
98 Em posse da palavra, a Sra. Kathia Dudyk se apresentou como Coordenadora do Programa Cidadania
99 da FLACSO e introduziu a instituição, destacando o projeto de cooperação internacional
100 desenvolvido em parceria com a PNUD para aportar conhecimento técnico sobre participação social
101 e processos conferenciais. A seguir, a Sra. Bárbara Nonato resumiu as reuniões já realizadas entre a
102 FLACSO, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e a Secretaria Executiva
103 do CNPIR e lembrou que o tema da V CONAPIR seria Igualdade e Democracia: Reparação e Justiça
104 Racial. Falou que o Decreto da Conferência tinha sido aprovado em setembro e fez a leitura dos
105 objetivos, eixos e subeixos, etapas e calendário da V CONAPIR. Também leu as informações
106 referentes à Comissão Organizadora da Conferência e suas atribuições, assim como a proposta de
107 programação da V CONAPIR, ao que lembrou da necessidade de apreciação do Regimento da
108 Conferência no primeiro dia do evento. Então, o Conselheiro Jacobson Luiz Ribeiro Rodrigues
109 perguntou se poderiam ser inseridos novos eixos ou etapas temáticas ou alterados os apresentados a
110 fim de ampliar a representatividade, mencionando quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos e
111 extrativistas, ao que a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva respondeu que não seria possível
112 incluir especificamente todos os seguimentos na programação, mas que poderiam ser acolhidos nas
113 conferências livres. A seguir, o Conselheiro Antônio Ricardo Herculano da Silva concordou com o
114 Conselheiro Jacobson Luiz Ribeiro Rodrigues e insistiu na importância da participação do governo
115 em todas as reuniões. Já a Conselheira Daniela Luciana da Silva pontuou que o Ministério do Meio

116 Ambiente e Mudanças do Clima – MMA, o qual o Conselheiro Jacobson Luiz Ribeiro Rodrigues
117 representava, não estava presente na reunião em que os eixos foram definidos e posicionou-se
118 contrária às modificações. O Conselheiro Bruno Alves Chaves concordou que era tarde para fazer
119 alterações, mas perguntou se seriam feitos processos de qualificação na discussão do tema, dos eixos
120 e dos subeixos. Ainda, a Conselheira Edvalda Bispo dos Santos Viana solidarizou-se com a demanda
121 do Conselheiro Jacobson Luiz Ribeiro Rodrigues e retomou que a publicação citada por ela tinha sido
122 feita pelo MIR, sendo que a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva pediu que as informações
123 fossem encaminhadas por e-mail. Seguindo com a pauta, a Sra. Carolina Nunes Diniz passou para a
124 apresentação da identidade visual da V CONAPIR, que foi pensada tanto para materiais virtuais
125 quanto impressos. Mostrou a marca desenvolvida, os elementos de apoio e as propostas de aplicação,
126 assim como as restrições de reprodução da marca. Registrou a opção de substituir o “V” pelo “5” no
127 título do evento, a depender do território, e ilustrou a marca em diversos planos de fundo. A seguir, a
128 Sra. Bárbara Nonato lembrou que os municípios e estados utilizariam a mesma identidade visual e a
129 Sra. Larissa da Cruz Santiago resumiu as alterações feitas ao Regimento Interno nas últimas reuniões,
130 acrescentando que ainda seria possível alterar os eixos e subeixos. Mencionou a sugestão feita no
131 Artigo 4º a respeito da realização de Conferências Intermunicipais e a determinação de que, caso
132 algum dos municípios não tenha realizado a etapa municipal, a estadual poderia acontecer, sugerindo
133 um percentual mínimo de eventos municipais realizados para viabilizar o estadual. Seguiu tratando
134 da delimitação do envio de propostas, tanto das conferências quanto por meio digital, e de resoluções,
135 no caso das etapas livres. Sobre o calendário, sugeriu que as etapas prévias acontecessem entre 1 de
136 novembro e 28 de fevereiro de 2025 e citou que a Plenária Quilombola aconteceria em novembro de
137 2024; a Plenária de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiro em
138 fevereiro de 2025; a de Juventude e a de Mulheres Negras em abril de 2025; a de Povos Ciganos e a
139 de Povos Indígenas em maio de 2025. Além disso, disse que as etapas livres e digitais estavam
140 previstas para o período de 1º de março a 30 de maio. Explicou o acréscimo feito ao Artigo 11 sobre
141 a Comissão Organizadora quanto à participação dos suplentes e as estruturas dos relatórios finais, a
142 serem enviados pelos estados, especificando as propostas monitoráveis. Citou também as plenárias
143 de atualização e os critérios para a hipótese da não realização da atualização, levando à manutenção
144 dos delegados e resoluções. Falou sobre convidados e observadores, assim como as inscrições e
145 critérios para participação. Iniciando as manifestações, a Conselheira Maria Julia Reis Nogueira
146 demonstrou preocupação com o agendamento da Plenária Quilombola para novembro de 2024,

147 propondo adiá-la para fevereiro de 2025. A seguir, a Conselheira Mãe Tuca D’Osoguiã perguntou
148 sobre a participação dos indígenas e povos originários, tendo em vista a criação do Ministério dos
149 Povos Indígenas - MPI. Citou o Artigo 28, Parágrafo Único, do Regimento, a respeito da ausência de
150 voz dos convidados, pedindo que ao menos fala eles tivessem, e agradeceu o trabalho desenvolvido
151 em prol da CONAPIR. Então, o Conselheiro Bruno Alves Chaves concordou com a necessidade de
152 imposição de um percentual de conferências municipais para realização da etapa estadual. Após, a
153 Conselheira Deuzília Pereira da Cruz endossou que os convidados deveriam ter voz e elogiou a
154 identidade visual apresentada. Na sequência, o Conselheiro Airtton Ferreira da Silva perguntou se os
155 estados e municípios deveriam acompanhar o tema nacional e destacou o Artigo 11, que dizia que a
156 Coordenação Executiva já tinha sido criada por meio de Resolução, questionando a Criação da
157 Comissão Organizadora Nacional por resolução ou decreto. A Conselheira Maria Aparecida Ribeiro
158 de Sousa também demonstrou preocupação com a Plenária prevista para novembro, apontando a
159 agenda cheia do público-alvo. Então, o Conselheiro Ivo Gregório de Campos endossou a fala anterior
160 sobre a data da Plenária Quilombola e pediu que os convidados da Conferência tivessem voz. Em
161 seguida, o Conselheiro Igor Correia dos Prazeres tratou do quadro quantitativo de delegados e os
162 critérios de escolha deles, além de falar sobre a indicação de delegados das conferências
163 intermunicipais e da Plenária dos Povos Indígenas. Pediu extensão do prazo das conferências
164 municipais, sugerindo reduzir o tempo das estaduais, e demonstrou preocupação com o orçamento no
165 caso de alteração da data da Plenária Quilombola, propondo que alguma outra plenária seja transferida
166 para novembro caso fosse necessário. A seguir, a Conselheira Rosa Negra questionou sobre a
167 composição da Comissão Organizadora da Conferência e concordou que seria preciso reforçar o tema
168 da CONAPIR com os estados. Opinou que todos os municípios deveriam fazer suas conferências e
169 que caberia aos estados cobrarem os eventos e arrazouou que seria necessário dialogar com o MPI para
170 entender se o Ministério e seus representados gostariam de debates suas pautas em conjunto com o
171 CNPIR e o MIR. Ressaltou que os convidados das Conferências costumavam ser pessoas experientes
172 e precisariam ter voz e apontou o tempo gasto com a organização da Conferência nas plenárias do
173 CNPIR, o que reduzia os debates de outros temas relevantes. Então, a Conselheira Iraneide Soares da
174 Silva se disse contemplada com a fala da Conselheira Rosa Negra e sugeriu que a Conferência fosse
175 divulgada nas atividades múltiplas que seriam desenvolvidas pelas organizações durante o mês de
176 novembro. O Conselheiro Olumide Betinho enfatizou a inviabilidade da Plenária Quilombola em
177 novembro e apoiou a proposta de ampliação do prazo de realização das conferências municipais.

178 Subsequentemente, a Conselheira Cecília Bezerra Sousa pediu aprimoramento da redação do
179 Parágrafo 6º, da Seção I, do Capítulo 3º para refletir a obrigatoriedade de realização das conferências
180 estaduais. Ainda, o Secretário Ronaldo dos Santos concordou que a Plenária Quilombola não deveria
181 acontecer em novembro devido às demais agendas. Em resposta, a Vice-Presidente Marina Lais
182 Duarte da Silva falou que o adiamento da Plenária Quilombola dependeria de orçamento e de novas
183 datas disponíveis e disse que os diálogos com o MPI estavam acontecendo. Relatou a dificuldade para
184 composição dos grupos da Comissão Organizadora pela ausência de representantes do governo, o que
185 precisaria ser solucionado. Enfatizou que os encaminhamentos da CONAPIR precisariam ser
186 concluídos na presente reunião e explicou a composição do Comissão Organizadora, com destaque
187 para a participação dos suplentes, principalmente dos representantes do governo. Falou que, caso
188 fosse decidido que seria definido um percentual mínimo de municípios onde as conferências
189 precisariam acontecer, os estados deveriam ser analisados individualmente para indicação do valor
190 adequado. Com a palavra, a Sra. Larissa da Cruz Santiago confirmou que a Conferência Nacional
191 precisaria acontecer independentemente da realização de todas as estaduais, lembrando as questões
192 políticas envolvidas. Já a representante da FLACSO falou que as travas de participação funcionavam
193 melhor em sistemas consolidados, como a saúde, e sugeriu que as travas não fossem incluídas para
194 não prejudicar o processo de fortalecimento das políticas e pautas. Após, o Conselheiro Afonso
195 Gomes relatou a situação do Estado do Tocantins, onde havia muita dificuldade em promover a
196 colaboração dos municípios devido às questões políticas envolvidas, insistindo que os estados não
197 poderiam ser excluídos. A seguir, A Conselheira Elisangela Lizardo de Oliveira relatou a experiência
198 com a Conferência realizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e afirmou
199 que, embora todos os estados tenham feito suas etapas, apenas cem municípios organizaram
200 conferências devido à falta de estrutura da pasta. O Conselheiro Antônio Ricardo Herculano da Silva
201 falou sobre a resistência de participação dos municípios e insistiu que, ao menos, uma porcentagem
202 dos municípios precisaria realizar conferências. Em seguida, a Conselheira Iyá Vera Soares disse ser
203 difícil contemplar todos os municípios e estados, lembrando do cenário político desfavorável aos
204 debates propostos pelo CNPIR em muitas localidades. Sugeriu, como alternativa, a realização de
205 conferências livres, por demandarem dos movimentos sociais, e propôs uma plenária para debater as
206 conferências em vista do 1º Feriado Nacional em Homenagem à Zumbi dos Palmares, em 20 de
207 novembro. Contou que, no Rio Grande do Sul, onde morava, muitos municípios não realizavam
208 conferências, embora o estado o faça, concordando que uma solução seriam as conferências livres.

209 Enfim, o Conselheiro Nuno Coelho de Alcântara Junior discorreu acerca do trabalho desenvolvido
210 pela Coordenação Executiva da V CONAPIR e retomou que o calendário já tinha sido apresentado
211 anteriormente ao CNPIR. Afirmou que a Plenária Quilombola já estava em preparação, que não
212 demandaria a participação de muitas pessoas e que o material desenvolvido precisaria ser
213 sistematizado posteriormente. Cobrou a criação da Subcomissão de Articulação, dada a importância
214 da sua função, e pediu que as decisões anteriores fossem mantidas. Na sequência, o Conselheiro
215 Elizeu Soares Lopes arrazoou que o resultado das eleições municipais demonstrou forte ataque às
216 pautas progressistas e sugeriu que a CONAPIR fosse um marco enquanto resposta do Governo
217 Federal e da sociedade ao enfrentamento aos ataques à pauta. Pediu articulações com a aprovação
218 orçamentária de 2025, uma vez que o financiamento impactava também os municípios, e refletiu
219 sobre os ataques racistas sofridos pelos negros. Então, a Conselheira Carlene Printes insistiu que não
220 seria viável a realização da Plenária em novembro, argumentando a importância da representatividade
221 quilombola e a ausência de um Regimento. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres defendeu o
222 aumento do prazo para as conferências municipais, tendo em vista as eleições municipais, e declarou
223 que a realização das etapas municipais não deveria limitar a participação estadual. Por fim, o
224 Conselheiro Antônio Ricardo Herculano da Silva insistiu na relevância da participação o Governo,
225 pedindo ajuda dos demais Ministérios com a realização da CONAPIR. Avançando aos
226 encaminhamentos, a Sra. Larissa da Cruz Santiago agradeceu as ponderações e indicou que, devido
227 a questões orçamentárias, seria preferível adiar a Plenária Quilombola para março de 2025. Informou
228 que estava agendada uma reunião entre a Secretária Executiva do MIR e o Secretário Executivo do
229 MPI para pactuação e explicou que o efeito em cadeia levou à demora de entrega do Regimento
230 Interno. Resumiu que a opinião da plenária tinha sido unânime quanto a ceder a voz aos convidados
231 e declarou que a composição das Comissões seria definida na presente reunião. Sobre a proposta de
232 prazos, sugeriu que as conferências municipais acontecessem entre 15 de novembro de 2024 e 30 de
233 março de 2025, enquanto as estaduais seriam de 01 de abril a 31 de maio, lembrando que os
234 documentos orientadores ainda precisariam ser concluídos e, ao final, o material produzido precisaria
235 ser sistematizado. Iniciado o regime de votação dos encaminhamentos, as datas das conferências
236 municipais entre 15 de novembro de 2024 e 30 de março de 2025 foram aprovadas com 27 (vinte e
237 sete) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) abstenções; as datas das conferências
238 estaduais de 1º de abril a 31 de maio de 2025 foram aprovadas com 28 (vinte e oito) votos favoráveis,
239 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) abstenções; e a mudança da Plenária Quilombola de novembro de

240 2024 para março de 2025 foi aprovada com 31 (trinta e um) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários
241 e 0 (zero) abstenções. Em seguida, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva anunciou o início
242 do intervalo do almoço. Após o intervalo, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva pediu que
243 a FLACSO retomasse a temática da porcentagem de municípios que deveriam fazer conferências e a
244 distribuição dos delegados. Com a palavra, a Sra. Kathia Dudyk julgou arriscado estabelecer-se uma
245 trava da quantidade de conferências municipais, sob o risco de inviabilizar a realização de etapas
246 estaduais e de falta de representação na etapa nacional, sugerindo trabalhos de articulação e
247 mobilização para contrapor a falta de trava específica. Iniciando as manifestações, a Conselheira
248 Iraneide Soares da Silva sugeriu que, no lugar de travas, fossem estabelecidas recomendações com o
249 apoio das União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIMEs e o Conselheiro Bruno Alves
250 Chaves perguntou se os municípios poderiam participar, caso os estados não fizessem suas
251 conferências. A seguir, o Conselheiro Igor Correia dos Prazeres posicionou-se contrários às travas,
252 mas indicou que seria preciso garantir via Regimento as hipóteses quando o município faz conferência
253 e o estado não faz, e vice-versa. Sugeriu, por fim, uma priorização dos municípios. Então, o
254 Conselheiro Airton Ferreira da Silva resumiu que o Regimento deveria apresentar o quantitativo de
255 delegados e convidados da CONAPIR a partir de critérios definidos em âmbito nacional, como
256 recortes de gênero e orientação sexual, por exemplo, de modo a serem refletidos nos regimentos das
257 conferências estaduais e municipais. A seguir, a Conselheira Mãe Tuca D’Osoguiã relatou a falta de
258 divulgação das conferências, exemplificando que há um relatório do estado da Paraíba, mas que
259 muitas pessoas do movimento negro do estado sequer souberam da realização desta conferência. A
260 Conselheira Rosa Negra acrescentou que, na Conferência do estado de Rondônia, a maioria dos
261 participantes eram gestores, questionando a falta de representatividade da sociedade civil em sua
262 diversidade, ao que a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva explicou que será necessário um
263 diálogo com os gestores desses estados que já realizaram conferências para que se sensibilizem em
264 se adequar ao novo Regimento, considerando as mudanças de tema, eixos, subeixos e outros critérios
265 gerais, por meio de plenárias de atualização. Em resposta, a Sra. Kathia Dudyk disse que, caso os
266 estados não façam suas conferências, considera haver duas possibilidades de caminhos a serem
267 seguidos, sendo, o mais comum deles, a sociedade civil organizada convocar o processo ou, na
268 impossibilidade, o CNPIR poderia permitir que os municípios que fizeram suas conferências
269 convocassem uma plenária virtual para eleição proporcional dos delegados. A Vice-Presidente Maria
270 Lais Duarte informou que há duas propostas de encaminhamento, sendo uma proposta pela

271 Conselheira Iraneide de que o CNPIR defina no regimento uma recomendação com o estabelecimento
272 de um percentual e proceda com diálogo com os estados para que os estados dialoguem com os
273 municípios, e outra proposta que consiste em uma recomendação do CNPIR aos estados indicando
274 um percentual ideal por estado, mas sem definir no regimento interno. O Conselheiro Igor Correia
275 dos Prazeres opinou que o Regimento deveria incentivar e fortalecer a Subcomissão de Mobilização,
276 não impor uma porcentagem obrigatória de conferências municipais. Afirmou, ainda, que não definir
277 no regimento interno e fazer uma recomendação que defina pode abrir precedentes que dificultem a
278 solução de problemas no futuro. O Conselheiro Nuno Coelho arrazoou que é uma preocupação
279 pertinente, mas que compreende que a melhor saída é não amarrar esta definição de porcentagem no
280 regimento interno. Afirmou que o melhor caminho é as subcomissões trabalharem para atingir seus
281 objetivos e que a recomendação discutida poderia ficar guardada para posterior publicação, caso
282 necessário. Em seguida, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva iniciou regime de votação. A
283 proposta de inserção, no regimento interno da 5ª CONAPIR, de percentual mínimo de estados e
284 municípios realizando conferências recebeu 0 (zero) votos a favor, 28 (vinte e oito) votos contrários
285 e 2 (duas) abstenções. A proposta de recomendação do conselho sobre a porcentagem dos estados e
286 municípios recebeu (13) votos favoráveis, 16 (dezesete) votos contrários e 1 (uma) abstenção. A
287 Conselheira Maria Júlia justificou que se absteve por concordar com ambos os posicionamentos.
288 Ressaltou que acha importante uma referência de participação, mas que, se haver problemas de
289 mobilização, uma recomendação política é muito importante, considerando importante o estímulo da
290 participação dos estados e municípios. A Conselheira Iraneide Soares afirmou que a experiência de
291 outras pautas, como saúde, que envolve muito recurso, e criança e adolescente são diferentes,
292 justificando que se não houver uma determinação mínima, muitas unidades da federação não optarão
293 por fazer conferência. Lembrou do contexto político complexo e que é importante a edição de uma
294 recomendação com referência mínima. A Vice-Presidente Marina Lais Duarte encaminhou uma
295 sugestão de um documento político de conteúdo sobre a 5ª CONAPIR com recomendação de
296 percentual por região, bem como um documento do Gabinete Ministerial do MIR para os estados
297 pressionando a realização das conferências. Em seguida, introduziu a discussão sobre o cálculo de
298 delegados constante do Regimento Interno da 5ª CONAPIR. A Secretária Executiva do CNPIR
299 Larissa Santiago informou sobre as tentativas do Ministério em alinhar com o MPI sobre a questão
300 da participação dos povos indígenas na V CONAPIR. A sra. Bárbara Nonato da FLACSO sugeriu
301 que, caso as vagas para povos indígenas caiam, a redistribuição seja feita para os estados, sendo

302 ocupadas preferencialmente por mulheres. A Conselheira Ana Placidino solicitou mais explicações
303 sobre o motivo da redistribuição das vagas previstas para os povos indígenas. A Conselheira Cláudia
304 Pinho apresentou proposta de redistribuição das vagas para Povos e Comunidades Tradicionais, que
305 são 27 comunidades previstas na legislação vigente. A Conselheira Edvalda Bispo afirmou que não
306 aceita que seja retirado nada dos povos ciganos, já que pelo censo os povos ciganos não existem.
307 Relembrou que a Bahia é o segundo estado com maior percentual de ciganos. O Conselheiro Seimour
308 Pereira propôs que fosse redistribuído o percentual das vagas do cálculo de delegados entre população
309 negra e povos e comunidades tradicionais. O Conselheiro Nuno Coelho lembrou sobre o diálogo
310 em curso de alto nível do MIR com o MPI sobre o interesse dos povos indígenas participar da 5ª
311 CONAPIR. Encerradas as ponderações, a Vice-Presidente do CNPIR deu início regime de votação
312 para as propostas apresentadas pelos conselheiros caso o MPI não manifestasse interesse na reserva
313 de vagas específicas para povos indígenas. A proposta de redistribuição do percentual dos povos
314 indígenas para os estados, priorizando as mulheres, recebeu 13 (treze) votos a favor, 0 (zero) votos
315 contrários e 0 (zero) abstenções. A proposta de redistribuição do percentual dos povos indígenas para
316 os estados, priorizando plenária temáticas, recebeu 5 (cinco) votos a favor, 0 (zero) votos contrários
317 e 0 (zero) abstenções. A proposta de substituição do percentual dos povos indígenas para Povos e
318 Comunidades Tradicionais recebeu 1 (um) voto a favor, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero)
319 abstenções. A proposta de redistribuição dos percentuais totais dos delegados em População Negra e
320 Povos e Comunidades Tradicionais recebeu 14 (quatorze) votos a favor, 0 (zero) votos contrários e 0
321 (zero) abstenções, sendo esta a proposta vencedora. A Vice-presidente Marina Lais Duarte iniciou as
322 tratativas para definição dos Conselheiros para a composição das Subcomissões da V CONAPIR. A
323 Conselheira Elisangela Lizardo, a Conselheira Iraneide da Silva e o Conselheiro Gilvan Ferreira
324 colocaram-se à disposição para a Subcomissão de Metodologia. A Conselheira Maria Aparecida, o
325 Conselheiro Elizeu Soares e o Conselheiro Daniel Piza colocaram-se à disposição para a Subcomissão
326 de Logística. A Conselheira Ana Placidino, o Conselheiro Seimour Pereira e a Conselheira Cecília
327 Bizerra colocaram-se à disposição para a Subcomissão de Articulação. O Conselheiro Bruno Chaves,
328 a Conselheira Flávia Costa e o Conselheiro Jacobson Rodrigues colocaram-se à disposição para a
329 Subcomissão de Mobilização. Em seguida, iniciou-se regime de votação para confirmação dos
330 conselheiros e das conselheiras que se colocaram à disposição para compor as subcomissões
331 somando-se aos conselheiros já indicado em reuniões passadas. A composição das subcomissões da
332 5ª CONAPIR recebeu 30 (trinta) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) abstenções.

333 Ato seguinte, a Vice-presidente do CNPIR Marina Laís Duarte convidou a representante da Diretoria
334 de Gestão e Administração para apresentar considerações sobre o orçamento do Ministério da
335 Igualdade Racial. A Sra. Ana Cláudia Pacheco, Coordenadora-Geral de Gestão, apresentou a planilha
336 espelho com os dados orçamentários do Ministério da Igualdade Racial separada por Secretarias,
337 Ação, Produto da Ação, Plano Orçamentário, Produto e Valor da Proposta. Arrazoou que aquele
338 orçamento se encontra em execução e que o valor total descrito já refletia o bloqueio orçamentário
339 sofrido pelo órgão neste ano. Não havendo manifestações nem dúvidas quanto ao orçamento, a Vice-
340 presidente do CNPIR, Marina Laís Duarte convidou a Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério
341 da Igualdade Racial, a Sra. Nailah Neves para a apresentação das pautas legislativas dos meses
342 passados e consequentes. Expôs sobre o balanço do primeiro semestre em relação a projetos de lei
343 aprovados com pareceres e contribuições do MIR, saber *Lei 14.914/2024 - Institui a Política Nacional*
344 *de Assistência Estudantil (PNAES), Lei 14.875/2024 - Cria as carreiras de Especialista em*
345 *Indigenismo e altera a remuneração do cargo de Analista-Técnico de Políticas Sociais, Lei*
346 *14.821/2024 - Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em*
347 *Situação de Rua (PNTC PopRua), Lei 14.904/2024 - Diretrizes para a elaboração de planos de*
348 *adaptação à mudança do clima, Lei 14.835/2024 - Marco regulatório do Sistema Nacional de*
349 *Cultura (SNC), Lei 14.944/2024 - Política Nacional de Manejo do Fogo, Lei 14.940/2024 - Institui o*
350 *Dia Nacional do Funk, Lei 14.834/2024 - Institui o Dia Nacional da Mulher Sambista, Lei*
351 *14.991/2024 - Reconhece a produção dos instrumentos musicais do samba como manifestações da*
352 *cultura nacional, PL 1774/2024 - Inscreve o nome de André Pinto Rebouças no Livro de Heróis e*
353 *Heroínas da Pátria, Lei 14.843/2024 - Lei das Saidinhas (veto integral), Lei 14.945/2024 -*
354 *Reestruturação do Novo Ensino Médio (veto parcial). Ato seguinte, apresentou o calendário de*
355 *Caravanas Federativas realizadas com a participação do MIR, das quais a Caravana Federativa*
356 *Paraíba - 04 e 05 de Abril Caravana Federativa Pernambuco - 15 e 16 de Abril, Marcha dos Prefeitos*
357 *- 20 a 23 de Maio, Caravana Federativa Piauí - 20 e 21 de Junho e Caravana Federativa Pará - 04 e*
358 *05 de Junho. Trouxe para conhecimento do pleno os resultados das articulações feitas sobre a*
359 *Proposta de Emenda Constitucional sobre Anistia dos Partidos Políticos e o Projeto de Lei 1958/2021*
360 *que trata da reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta*
361 *por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos, sendo este sendo prioridade total do*
362 *Ministério. E finalizou anunciando o Encontro Nacional de Prefeitos a ser realizado em fevereiro*
363 *2025 - entre 11 e 13 de fevereiro com expectativa de público de 20 mil pessoas, entre prefeitos,*

364 secretários municipais, gestores e novos vereadores. Após a apresentação, o Conselheiro Nuno
365 Coelho agradeceu a Assessora e colocou o Conselho à disposição para participar das articulações com
366 a sociedade civil à respeito da PL de Cotas no Serviço Público. Ato seguinte, a Vice-presidente do
367 Conselho, Marina Laís Duarte, agradeceu a os aportes e considerações da Chefe Nailah Neves e
368 convidou o representante da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades
369 Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Povos Ciganos, o Srº Wdyson Lyncon, para
370 apresentação a respeito da pauta climática. A apresentação se iniciou com a contextualização sobre o
371 conceito de Racismo Ambiental a partir da teórica e pesquisadora Tania Pacheco que afirma que “O
372 *racismo ambiental se manifesta através da desproporcionalidade dos impactos ambientais e*
373 *climáticos sobre a população negra, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas,*
374 *considerando ainda as interseccionalidades de gênero e território. Os impactos das mudanças*
375 *climática e dos eventos climáticos extremos, atrelados aos fatores históricos, sociais, econômicos e*
376 *políticos amplificam e aprofundam a vulnerabilização da população negra, povos e comunidades*
377 *tradicionais e povos indígenas”*. Em seguida, introduziu um breve histórico sobre a realização das
378 COPs e a participação do Ministério da Igualdade Racial na COP 16, conhecida como COP da
379 Biodiversidade, além do aporte, articulação e desenvolvimento de propostas por parte das secretarias
380 finalísticas do MIR para as COPs 29 e 30, esta última a ser realizada no Brasil em 2025. Mencionou
381 que a Conselheira Elaine Toledo, representante do Instituto Alma Preta, estaria na comitiva
382 representando o Conselho. Ato seguinte, apresentou o – ainda em planejamento – Programa de
383 Formação de Lideranças Climáticas que tem por objetivo capacitar 30 lideranças para atuar na pasta
384 de clima, sobretudo atuar com efetividade nos processos de tomada de decisão relacionados à
385 governança global do meio ambiente e do clima, dos direitos humanos e dos demais temas de interesse
386 desses públicos e seus territórios no âmbito das relações internacionais, inspirado no Programa
387 Kuntari Katu: Líderes Indígenas na Política Global, do Ministério dos Povos Indígenas. Acrescentou
388 apresentando as estratégias do GT de Adaptação Climática onde o Ministério da Igualdade Racial é
389 responsável pela elaboração do Setorial Igualdade Racial e Combate ao Racismo do Plano Clima
390 Adaptação, revisão da PNMC (Política Nacional de Mudança Climática e transversalidade do Plano
391 Clima Mitigação. Argumentou que as ações pensadas neste GT para adaptação objetivam o aumento
392 da resiliência e da capacidade de adaptação do país frente as mudanças do clima e os eventos
393 climáticos extremos. E finalizou aportando sobre riscos, objetivos e ações dentro do Plano Setorial,
394 dentre elas “*Fomentar a produção de dados ambientais racializados para subsidiar a elaboração,*

395 *implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, Elaborar participativamente e*
396 *implementar planos de etnodesenvolvimento e planos locais de gestão territorial e ambiental*
397 *quilombola (PNGTAQ) e Impulsionar arranjos produtivos locais para geração de renda no âmbito*
398 *do afroturismo - Rotas Negras. Abrindo para inscrições, a Vice-presidente do Conselho, Marina Laís*
399 *Duarte, agradeceu a apresentação do Srº Wdson Lyncon e concedeu a fala a Conselheira Carlene*
400 *Printes. A Conselheira indagou sobre quais eram as representações do Conselho que estariam*
401 *presentes a COP 29 e argumentou que havia uma indicação feita em reuniões passadas sobre a*
402 *participação do Alma Preta e da Malungu na COP 29, do Azerbaijão. Com a palavra, o representante*
403 *da SQPT/MIR respondeu as indagações da conselheira e contextualizou que a indicação ainda se*
404 *tratava de uma conversa interna, inclusive carecendo de apreciação das instâncias superiores para*
405 *definição. Ato seguinte, a Vice-Presidente Marina Laís Duarte da Silva encerrou o primeiro dia de*
406 *reunião. **Dia 15/10/2024:** A Vice-Presidente Marina Laís Duarte da Silva cumprimentou e agradeceu*
407 *a presença de todos, registrando especial cumprimento a todas as professoras e professores do Brasil*
408 *em homenagem ao Dia do Professor. Em seguida, fez a leitura da ordem do dia. A Conselheira Rosa*
409 *Negra pediu a palavra para apontar a importância de as suplências acompanharem as discussões do*
410 *pleno, bem como solicitar a inclusão de relato da própria conselheira sobre denúncia de assédio*
411 *sexual. A solicitação foi aprovada unanimemente. A respeito da pauta, o Conselheiro Nuno Coelho*
412 *de Alcântara Junior pediu que fossem retomados os pontos que tinham ficado pendentes no dia*
413 *anterior, como a programação do Seminário de Alagoas, o preenchimento das vagas das Comissões*
414 *Permanentes e a indicação de Conselheiros para a Jornada da Igualdade Racial, ao que o Conselheiro*
415 *Airton Ferreira da Silva citou também a indicação para o Comitê Técnico de Saúde da População*
416 *Negra, a deliberação *ad referendum* sobre a participação na Marcha de Mulheres Negras 2025 e a*
417 *participação na Marcha Negritude Unificada da Paraíba. A Vice-Presidente Marina Laís Duarte da*
418 *Silva encaminhou para que os pontos supracitados fossem abordados durante os informes. Ato*
419 *seguinte, a Sra. Larissa da Cruz Santiago contextualizou as decisões e articulações a respeito da 89ª*
420 *Reunião Ordinária, que seria descentralizada e aconteceria em Alagoas. Falou que foi sugerido que a*
421 *chegada dos Conselheiros à Alagoas fosse no dia 24 de novembro e que a reunião acontecesse no*
422 *Palácio da República dos Palmares, em Maceió, no dia 25. Tratou da proposta de criação da Secretaria*
423 *de Promoção da Igualdade Racial aventada pelo Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial*
424 *de Alagoas, a que tem interesse em apresentar ao Governo de Alagoas, e anunciou que, no dia 26 de*
425 *novembro, estava previsto o Seminário Nacional da V CONAPIR, cujo objetivo era mobilizar a*

426 sociedade civil e os gestores e lançar a Conferência no Estado. Apresentou a programação tentativa
427 do Seminário, a saber: *Dia 26/11/2024, Local: Maceió; 8h – Credenciamento; 08h20 – Coffee Break*
428 *de recepção no Museu ao lado do Palácio da República dos Palmares; 08h45 – Apresentação*
429 *cultural de abertura; 9h – Mesa de abertura; 9h30 – Painel: Democracia e Representatividade nos*
430 *Poderes; 10h30 – Painel: Justiça Racial; 11h30 – Painel: Reparação; 12h30 – Encerramento.* Falou
431 que as demais atividades no estado ainda seriam debatidas, uma vez que a proposta inicial consistia
432 na realização da Plenária Temática Quilombola no dia 27 de novembro, durante todo o dia, e na
433 manhã do dia 28 de novembro, de modo que a atividade de subida à Serra da Barriga ocorreria na
434 tarde do dia 28 de novembro, contudo rememorou que o CNPIR deliberou pelo adiamento da Plenária
435 Temática Quilombola para março de 2025. Iniciando as manifestações, o Conselheiro Nuno Coelho
436 de Alcantara Junior julgou a programação interessante, mas sugeriu a abordagem da Política Nacional
437 de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e pediu a presença dos Ex-Ministros da Igualdade Racial
438 para apresentação das principais agendas raciais das suas gestões, propondo um novo painel. Propôs
439 também que, no dia 27 de novembro, fosse compilado um livro, uma brochura ou impresso com as
440 reflexões da sociedade civil sobre os 22 anos do PNPIR. A seguir, o Conselheiro Antônio Ricardo
441 Herculano da Silva sugeriu convidar a Deputada Federal Benedita da Silva para ajudar nas
442 articulações da Câmara Federal em prol da construção da Lei do Conselho, tornando-o deliberativo e
443 paritário, além de pedir representações de negros LGBTQIA+ e Pessoas com Deficiência - PCD.
444 Então, o Conselheiro Igor Correia dos Prazeres concordou com as falas anteriores, acrescentou que
445 seria interessante a presença de ex-Presidentes do CNPIR no Seminário e sugeriu os nomes da Sra.
446 Rita e da Deputada Federal Dandara Tonantzin. Solicitou que todas as mesas fossem mediadas por
447 Conselheiros do CNPIR e referendou a participação dos suplentes. A Conselheira Mãe Tuca
448 D’Osoguiã reforçou a indicação da Deputada Dandara Tonantzin, ex-Conselheira do CNPIR, e pediu
449 a presença dos suplentes. Na sequência, a Conselheira Iyá Vera Soares requereu a presença da
450 Deputada Federal Reginete Bispo. Assim sendo, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva
451 encaminhou que seria feito um convite estendido não apenas para a bancada negra, mas também dos
452 direitos humanos, por exemplo. Após, a Conselheira Anatalina Lourenço da Silva parabenizou os
453 avanços do Conselho, mesmo diante das adversidades, e indicou que o tempo em Alagoas deveria ser
454 gasto com atividades práticas e objetivas, não cabendo na programação a subida da Serra da Barriga.
455 A Conselheira Mãe Tuca D’Osoguiã perguntou o que levou ao cancelamento da atividade e a
456 Conselheira Flávia de Jesus Costa resgatou o simbolismo do passeio, além de discorrer a respeito das

457 comemorações que ocorreriam na Serra em decorrência do Dia Nacional de Zumbi dos Palmares, na
458 semana anterior à reunião. Por fim, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva sintetizou todas
459 as propostas feitas pelos Conselheiros e a Sra. Larissa da Cruz Santiago explicou que, inicialmente,
460 a atividade na Serra da Barriga seria feita após a Plenária Quilombola, na tarde do dia 28 de novembro,
461 evento adiado pelo CNPIR, além de demonstrar preocupação com a logística e a acomodação na
462 cidade de União dos Palmares, em vista dos eventos supramencionados. Subsequentemente, o
463 Conselheiro Nuno Coelho de Alcântara Junior relatou a atividade cultural e formativa Palmares in
464 Loco, visita de um dia realizado no Parque da Serra da Barriga, sugerindo que os Conselheiros
465 fizessem a excursão, se mantendo hospedados em Maceió. Então, a Conselheira Iraneide Soares da
466 Silva perguntou se a data proposta da Reunião Descentralizada poderia ser alterada e recomendou a
467 subida da Serra. Em conclusão, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva acolheu as falas e
468 sugeriu a atividade cultural e formativa Palmares in Loco no dia 27 de novembro, o que foi aprovado
469 com 19 (dezenove) votos favoráveis e 2 (duas) abstenções. A seguir, iniciado regime de votação para
470 a programação do Seminário, as propostas feitas pelos Conselheiros foram aprovadas. Ato seguinte,
471 passou-se ao próximo ponto de pauta: a composição das Comissões Permanentes. A Vice-Presidente
472 Marina Lais Duarte da Silva fez a leitura da composição atual das Comissões Permanentes, a saber:
473 Comissão Permanente de Conselho e Gestão: Conselheiro Nuno Coelho de Alcântara Junior,
474 Conselheira Deuzília Pereira da Cruz, Conselheiro Afonso Gomes, Conselheira Rosa Negra,
475 Conselheira Vânia Viana, Conselheira Wilma Coelho e um vaga em aberto do poder público;
476 Comissão Permanente de Povos e Comunidades Tradicionais, de Matriz Africana, Povos de Terreiro,
477 Quilombolas e Ciganos: Conselheira Mãe Tuca D’Osoguiã, Conselheira Maria Aparecida Ribeiro de
478 Sousa, Conselheira Iyá Vera Soares, Conselheira Edvalda Bispo dos Santos Viana, Conselheira Ana
479 Maria Placidino e duas vagas em aberto do poder público; Comissão Permanente de Orçamento e
480 Controle: Conselheiro Igor Correia dos Prazeres, Conselheiro Antônio Ricardo Herculano da Silva e
481 cinco vagas em aberto; Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Legislação: Conselheira Maria
482 Julia Reis Nogueira, Conselheira Carlene Printes, Conselheiro Airton Ferreira da Silva, Conselheiro
483 Paulo Axé, Conselheiro Gilvan Ferreira de Souza, Conselheira Jovanna Cardoso e Conselheira
484 Anatalina Lourenço da Silva. Disponibilizaram-se a compor as Comissões: Comissão Permanente de
485 Povos e Comunidades Tradicionais, de Matriz Africana, Povos de Terreiro, Quilombolas e Ciganos:
486 Conselheiro Bruno Alves Chaves e Conselheira Ludymilla Cristinne dos Santos Chagas; Comissão
487 Permanente de Orçamento e Controle: Conselheiro Marcos Moreira da Costa, Conselheiro Olumide

488 Betinho e Conselheiro Luiz Leno Silva de Farias, seguindo com duas vagas do poder público em
489 aberto; e Comissão Permanente e Gestão e Conselhos: Conselheira Elisangela Lizardo. Isto posto, as
490 composições das Comissões Permanentes foram aprovadas unanimemente. Ato seguinte, passou-se
491 às indicações para a Jornada da Igualdade Racial, que aconteceria nos dias 11 e 12 de novembro, em
492 Brasília, ao que a Sra. Larissa da Cruz Santiago explicou que a Jornada fazia parte das mobilizações
493 para a V CONAPIR e discutiria eixos e subeixos da Conferência à luz do Estatuto de Igualdade Racial.
494 A Conselheira Andréia Amorim Dias apontou que as datas coincidiriam com o Fórum Interconselhos,
495 que aconteceria no Rio de Janeiro e a Sra. Larissa da Cruz Santiago reforçou que os representantes
496 do CNPIR participariam como debatedores. Na sequência, a Conselheira Edvalda Bispo dos Santos
497 Viana pediu que o segmento dos povos ciganos fosse representado e a Vice-Presidente Marina Lais
498 Duarte da Silva informou que tinha sido sugerida no convite a participação de cinco conselheiros da
499 sociedade civil e seis governamentais, considerando a afinidade individual com as onze mesas do
500 evento. Candidataram-se a participar: Conselheiro Marcos Costa na Mesa 1: Do Diretor à Saúde;
501 Conselheira Rosa Negra na Mesa 2: Do Diretor à Educação; Conselheira Iyá Vera Soares na Mesa 4:
502 Do Diretor à Liberdade de Consciência e de Crença e ao Livre Exercício dos Cultos Religiosos;
503 Conselheira Edvalda Bispo dos Santos Viana na Mesa 5: Do Acesso à Terra e à Moradia Adequada;
504 Conselheira Ana Cristina dos Santos na Mesa 6: Trabalho; Conselheira Camila Pacheco na Mesa 7:
505 Dos Meios de Comunicação; Conselheira Edvalda Bispo dos Santos Viana e Conselheiro Bruno
506 Chaves na Mesa 8: Do Acesso à Justiça e à Segurança; Conselheiro Adilson Pereira na Mesa 9: Do
507 Financiamento das Iniciativas de Promoção da Igualdade Racial; e Conselheira Roberta Sodré na
508 Mesa 10: Clima e Racismo Ambiental. Ato contínuo, seguiu-se para as reuniões das Comissões
509 Permanentes. No período vespertino, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva anunciou que
510 seriam feitas as apresentações das reuniões das Comissões e os informes. Entretanto, a Conselheira
511 Mãe Tuca D’Osoguiã propôs, em nome dos Coordenadores das Comissões Permanentes, que os
512 relatórios das reuniões fossem apresentados por e-mail, no prazo de dez dias, uma vez que as reuniões
513 tinham sido curtas, encaminhamento acatado pela mesa. A seguir, instaurou-se o informe a respeito
514 da indicação para o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, ao que a Vice-Presidente Marina
515 Lais Duarte da Silva anunciou que tinham sido indicadas a RENAFRO e o FONATRANS.
516 Comunicou que a Conselheira Mãe Tuca D’Osoguiã tinha apresentado à mesa diretora um Ofício a
517 respeito da Marcha da Negritude Unificada da Paraíba, evento que solicitou autorização para utilizar
518 o tema da V CONAPIR. A Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva esclareceu que a mesa optou

519 por não autorizar formalmente, mas que também não poderia proibir, e a Conselheira Mãe Tuca
520 D’Osoguiã somou que a solicitação era para utilizar o tema, mas não se referir diretamente à
521 Conferência. Após, a Conselheira Carlene Printes perguntou as datas do lançamento da CONAPIR e
522 da Marcha, ao que foi respondido, respectivamente, 25 a 28 e 20 de novembro. Já a Conselheira Rosa
523 Negra opinou que seria inviável usar o tema antes do seu lançamento, o que foi acordado pelo pleno.
524 Dando continuidade, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva tratou da participação do CNPIR
525 na Marcha das Mulheres Negras 2025, encaminhando para que os organizadores do evento fizessem
526 uma apresentação na reunião subsequente. Ato contínuo, o Conselheiro Nuno Coelho de Alcântara
527 Junior abordou as recomendações apresentadas e aprovadas pelo pleno no primeiro semestre que
528 ainda não tinham sido publicadas. Detalhou que a Presidente Anielle Franco afirmou que não caberia
529 sua assinatura na recomendação ao Ministério da Saúde - MS devido ao conteúdo e solicitou que o
530 texto fosse refeito, ao que o Conselheiro Nuno Coelho de Alcântara Junior, enquanto relator, negou-
531 se, uma vez que o texto tinha sido aprovado e passou a ser um documento do CNPIR. Citou uma
532 terceira recomendação, com o tema: Nada Sobre Nós Sem Nós, que não tinha sido analisada no pleno.
533 Insistiu que os documentos tinham sido aprovados pelo pleno e que não poderia ser aberto um
534 precedente, para não se correr o risco de perda da autonomia do CNPIR. Isto posto, o Conselheiro
535 Antônio Ricardo Herculano da Silva solicitou que o documento fosse reenviado para todos ou lido
536 na plenária, ao que a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva lembrou que o tempo para
537 publicação da recomendação tinha sido expirado, insistindo que a fala do Conselheiro Nuno Coelho
538 de Alcântara Junior abordava o posicionamento da Presidente do CNPIR, não o conteúdo da
539 recomendação. A seguir, a Conselheira Mãe Tuca D’Osoguiã mencionou o Regimento Interno do
540 CNPIR para confirmar que o prazo de publicação tinha acabado e concordou que a Presidente deveria
541 acatar a deliberação da plenária. A Conselheira Daniela Luciana da Silva cobrou o cumprimento do
542 Regimento, enquadrando a atitude da Presidente Anielle Franco como uma improbidade
543 administrativa. Perguntou o nível de diálogo do CNPIR com a Presidente, afirmou que o caso não
544 poderia se repetir e perguntou quais seriam as consequências. Então, a Conselheira Rosa Negra julgou
545 a atitude da Presidente como uma desconsideração ao trabalho desenvolvido pelo pleno e o
546 Conselheiro Ivo Gregório de Campos concordou, reiterando a posição da Ministra Anielle Franco
547 enquanto conselheira do CNPIR. Sugeriu que a consultoria jurídica explicasse a tramitação das
548 recomendações e lembrou do esforço dos conselheiros para participar do Conselho. Ainda, o
549 Conselheiro Igor Correia dos Prazeres concordou que o ocorrido não poderia se repetir e argumentou

550 que o debate realizado também teve um resultado positivo através da aprovação de duas
551 representações para o Comitê de Saúde da População Negra. Pediu atenção aos prazos das
552 recomendações, resoluções e moções e cobrança dos encaminhamentos. A Sra. Larissa da Cruz
553 Santiago concordou que, do ponto de vista do apelo, o conteúdo da recomendação, que era o aumento
554 do número de vagas no Comitê de Saúde da População Negra, tinha sido acatado. Afirmou que a
555 Secretaria Executiva do CNPIR acompanhava o andamento de todos os documentos produzidos pelo
556 Conselho, propondo que a planilha fosse compartilhada com os conselheiros. A Conselheira Daniela
557 Luciana da Silva pediu que a mesa diretora propusesse um encaminhamento oficial a partir do caso,
558 fosse *ad referendum* ou na reunião subsequente, para evitar a repetição do cenário. Em resposta, a
559 Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva encaminhou para que o tema fosse abordado na reunião
560 da mesa diretora, a fim de informar a Presidente Anielle Franco sobre a posição do pleno, e disse que
561 o resultado seria compartilhado com os demais conselheiros. Ato seguinte, fez a leitura do Ofício da
562 Rede Amazônia Negra - RAN a respeito da publicação no Diário Oficial da União da Resolução
563 aprovada pelo CNPIR referente à criação do Comitê da Amazônia Legal. A seguir, a Sra. Larissa da
564 Cruz Santiago perguntou como seria inserido o Comitê no MIR e o Conselheiro Nuno Coelho de
565 Alcantara Junior explicou que o objetivo era trabalhar o racismo ambiental dentro da Amazônia
566 Legal, o que poderia ser externo ao CNPIR. Na sequência, o Conselheiro Igor Correia dos Prazeres
567 falou que o debate sobre o Comitê era recorrente, mas que faltava definição do seu escopo, além de
568 mencionar os debates já em andamento sobre a problemática. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres
569 recordou que o tema já tinha sido abordado e encaminhado pelo Conselho, pedindo que as atas das
570 reuniões anteriores fossem consultadas. A Chefe da Assessoria Especial da Ministra, a Sr^a Rachel
571 Barros informou que existia uma minuta de Portaria que estabelecia a criação do Comitê de
572 Enfrentamento ao Racismo Ambiental no âmbito do MIR e do Ministério do Meio Ambiente e
573 Mudanças do Clima - MMA, que à data estava em tramitação no MMA, ao que o Conselheiro somou
574 que o escopo era outro, uma vez que o Comitê não estaria voltado para a Amazônia Legal. Assim
575 sendo, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva encaminhou que o tema seria aprofundado na
576 reunião da mesa diretora e retomado na reunião subsequente, tendo em vista ainda a análise das atas
577 de reuniões anteriores. Por fim, o Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara Junior reforçou que a
578 demanda era voltada para a Amazônia Legal e que não seria especificamente contemplada pelo
579 Comitê Apresentado. Insistiu em questionar se o Comitê da Amazônia Legal seria criado no âmbito
580 do Conselho ou no âmbito do Ministério. A Conselheira Daniela Luciana da Silva concordou que o

581 melhor encaminhamento seria a deliberação do tema pela mesa diretora e o informe foi encerrado.
582 Ato seguinte, a Conselheira Rosa Negra denunciou a violação dos direitos das mulheres, contando
583 sobre o vazamento de fotos íntimas suas. Relatou o desenrolar do caso até então, tanto no escopo
584 jurídico quanto pessoal, e os outros casos denunciados a partir da exposição do ocorrido. Abordou o
585 despreparo das instituições ao receber denúncias e criticou a forma como o país trata as mulheres,
586 especialmente negras. Pediu apoio dos conselheiros, principalmente homens, no combate à violação
587 de direitos das mulheres e no combate às desigualdades de gênero. Discorreu acerca do cenário
588 específico do seu estado, Rondônia, quanto aos altos índices de violência contra as mulheres.
589 Passando às manifestações, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva registrou a solidariedade
590 do pleno com a Conselheira Rosa Negra e colocou-se à disposição e a Conselheira Maria Julia Reis
591 Nogueira também se solidarizou-se e reafirmou o acolhimento do CNPIR. Compartilhou sua
592 experiência conjunta com a Conselheira Rosa Negra em uma jornada contra o assédio sexual nos
593 Estados de Rondônia, Acre e Amapá. Parabenizou a coragem em divulgar o caso e colocou-se à
594 disposição. A seguir, a Conselheira Flávia de Jesus Costa também demonstrou apoio à Conselheira
595 Rosa Negra e mencionou a organização social dos homens que aumentava os casos de violação contra
596 as mulheres. Apontou que o caso deveria repercutir no CNPIR com a criação de um material
597 informativo a respeito da violência contra as mulheres negras e se comprometeu a defender a pauta
598 onde fosse de seu alcance. Após, a Conselheira Vânia Viana Santos demonstrou solidariedade e
599 colocou o Ministério das Mulheres à disposição para ajudar a Conselheira Rosa Negra no que fosse
600 necessário. Falou também sobre o Grupo de Trabalho contra o assédio na administração pública
601 criado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, que poderia ampará-la.
602 Na sequência, o Conselheiro Airton Ferreira da Silva apoiou a Conselheira Rosa Negra e afirmou que
603 a participação dos homens era fundamental para a desconstrução do machismo. Demonstrou
604 incomodo com a falta de acolhimento dos demais conselheiros homens e sugeriu como
605 encaminhamento o apoio público à Conselheira Rosa Negra, possivelmente por meio de nota. Então,
606 a Conselheira Anna Karla da Silva Pereira se solidarizou e elogiou o acolhimento à Conselheira, além
607 de deixar o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – MDHC à disposição, pedindo que os
608 demais conselheiros também demonstrassem apoio e acompanhassem o caso como lhes coubesse. A
609 Conselheira Iraneide Soares da Silva tratou do poder de mudança proveniente da educação e endossou
610 o encaminhamento a respeito do material informativo tanto para meninas quanto para meninos. Em
611 seguida, o Conselheiro Ivo Gregório de Campos demonstrou emoção com o caso e falou sobre seu

612 trabalho enquanto Conselheiro no seu estado no combate contra a violência sexual sofrida por
613 crianças e adolescentes. Ainda, a Conselheira Andréia Amorim Dias apoiou a Conselheira Rosa
614 Negra, disponibilizou-se a ajuda-la e falou sobre a coragem daqueles que denunciam a violência.
615 Com a palavra, a Conselheira Rosa Negra explicou a Campanha do Laço Branco, pedindo que como
616 encaminhamento a divulgação da campanha fosse intensificada. Em conclusão, a Vice-Presidente
617 Marina Lais Duarte da Silva propôs a elaboração de um documento em apoio à Conselheira Rosa
618 Negra emitido pelo CNPIR, para o qual seria solicitada a assinatura do MMulheres e do MDHC,
619 indicando para elaboração do texto as Conselheiras Maria Julia Reis Nogueira, Vânia Viana Santos,
620 Anna Karla da Silva Pereira e Flávia de Jesus Costa. Sugeriu também a construção de um documento
621 sobre o combate da violência contra as mulheres negras, possivelmente no formato de cartilha e com
622 a participação do MMulheres. Ambos os encaminhamentos foram aprovados pela unanimidade dos
623 presentes. O Conselheiro Nathanael de Souza e Silva, representante do Ministério das Relações
624 Exteriores, informou que o tema da violência contra as mulheres era prioritário para os procedimentos
625 especiais da Organização das Nações Unidas – ONU e pediu que o CNPIR avance com a pauta da
626 educação dos homens, ao que o Conselheiro comunicou que a Coordenadoria de Atenção à Saúde da
627 População Negra estava trabalhando sob este viés. A Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva
628 propôs que o tema fosse debatido com o Conselho de Mulheres, endossando a necessidade de
629 materiais educacionais para meninos. Ato seguinte, passou-se à deliberação a respeito da reunião de
630 avaliação do CNPIR, que estava agendada para o dia 17 de dezembro. A Conselheira Daniela Luciana
631 da Silva apontou que seria uma época de férias e com passagens e hospedagem caras e a Conselheira
632 Elaine Maria da Silva de Toledo questionou se a reunião poderia acontecer na semana de 9 a 13 de
633 dezembro, ao que a Sra. Larissa da Cruz Santiago apontou que as datas eram passíveis de apresentar
634 dificuldades com relação ao prazo para emissão de passagens e pagamentos de diárias devido à data
635 da reunião de novembro. Após, a Conselheira Dalila Fernandes de Negreiros reiterou que a segunda
636 quinzena de dezembro seria inviável e a Conselheira Maria Julia Reis Nogueira sugeriu que a reunião
637 de avaliação fosse um dia antes da reunião ordinária do mês de janeiro de 2025. Já a Conselheira Mãe
638 Tuca D’Osoguiã perguntou se não seria possível emitir as passagens de dezembro antes da reunião
639 de novembro, como era feito em outros Ministérios, sendo que a Sra. Roberta Eugênio, Secretária
640 Executiva do MIR, explicou que a emissão de novas passagens sem a baixa das anteriores era uma
641 prática esporádica, não um procedimento regular. Na sequência, o Conselheiro Igor Correia dos
642 Prazeres sugeriu que a Comissão Permanente de Orçamento e Controle buscasse informações junto

643 à Consultoria Jurídica a respeito da antecipação da emissão das passagens. Assim sendo, a Vice-
644 Presidente Marina Lais Duarte da Silva pediu que a Secretaria Executiva articulasse maneiras de
645 promover a reunião entre os dias 09 e 13 de dezembro e, caso não fosse possível, a reunião de
646 avaliação poderia ser realizada no dia 17 de dezembro ou juntamente com a primeira reunião ordinária
647 de 2025, fosse ela em janeiro ou fevereiro. Isto posto, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva
648 colocou a matéria para votação, de modo que se aprovou a realização da reunião de avaliação anual
649 na semana do dia 08 de dezembro com 21 (vinte e um) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e
650 0 (zero) abstenções. Em seguida, iniciou-se regime de votação para caso não fosse
651 administrativamente viável realizar a reunião na semana do dia 08 de dezembro, havendo duas
652 propostas, de modo que a primeira consistia na reunião ser realizada na semana do dia 17 de
653 dezembro, recebendo 7 (sete) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) abstenções, e a
654 segunda consistia na realização de reunião na primeira semana de fevereiro de 2025, recebendo 19
655 (dezenove) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) abstenções. Como resultado, caso
656 não fosse possível realizar a reunião entre 09 e 13 de dezembro, a plenária definiu que a reunião de
657 avaliação aconteceria juntamente com a primeira reunião ordinária de 2025, no mês de fevereiro.
658 Dando continuidade à pauta, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva convidou a Secretária
659 Executiva do MIR, Sra. Roberta Eugênio, para compor a mesa. Com a palavra, a Sra. Roberta Eugênio
660 parabenizou os avanços da reunião e pediu que a Sra. Rachel Barros de Oliveira falasse sobre os
661 informes do G20 Social. A Sra. Rachel Barros de Oliveira disse que o MIR tinha submetido eventos
662 ao G20 Social, que aconteceria em novembro, no Rio de Janeiro. Acrescentou que a expectativa era
663 de que a Secretaria-Geral da Presidência da República informasse as atividades selecionadas no dia
664 11 de outubro, mas o prazo tinha sido adiado para o dia seguinte. Fez a leitura dos eventos submetidos,
665 a saber: debate sobre o Plano Juventude Negra Viva e Caminhos Amefricanos; lançamento do edital
666 Saberes e Fazeres da Cozinha de Terreiro; lançamento do Programa Quilombo das Américas; debate
667 sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 18, para igualdade étnico-racial; e a reunião
668 da Rede Interamericana de Políticas Populacionais Afrodescendentes – RIAFRO. O Conselheiro
669 Nuno Coelho de Alcantara Junior sugeriu um encontro dos Conselhos de Igualdade Racial dos países
670 integrantes do G20. Já o Conselheiro Antônio Ricardo Herculano da Silva perguntou sobre o
671 encaminhamento feito pelo CNPIR de uma visita à Cuba, em parceria com uma Universidade Federal
672 do Maranhão, ao que a Sra. Roberta Eugênio declarou que o encaminhamento não chegou
673 oficialmente ao gabinete e que solicitaria informações atualizadas. Respondendo ao Conselheiro

674 Nuno Coelho de Alcântara Junior, disse que o prazo para envio de propostas esgotou-se em 04 de
675 outubro, mas que, diante da relevância do encaminhamento, considerou-se incluir o encontro dentro
676 do evento da RIAFRO, que aconteceria no mesmo período, sendo que para o encaminhamento ser
677 efetivado seria necessária a indicação de seis conselheiros do CNPIR para avançar com o projeto. A
678 Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva indicou que o número de conselheiros poderia ser
679 insuficiente para tantos eventos, uma vez que na mesma semana seis participariam do G20 e onze da
680 Jornada da Igualdade Racial. A seguir, o Conselheiro Olumide Betinho pediu continuidade do
681 trabalho dos conselheiros que ajudaram na elaboração do G20 Social, em agosto, ao que a Vice-
682 Presidente Marina Lais Duarte da Silva lembrou que a reunião mencionada não tinha sido a única.
683 Ato seguinte, a Sra. Roberta Eugênio seguiu com a apresentação do monitoramento do fluxo da
684 execução do Plano Plurianual - PPA 2024/2027. Explicou que o enfoque da metodologia do
685 monitoramento girava em torno das políticas prioritárias, como o Plano Gerencial Juventude Negra
686 Vida. Acrescentou que eram seis os eixos do PPA que envolviam a temática da igualdade racial e 46
687 programas, distribuídos entre 22 Ministérios. Especificou os avanços do Juventude Negra Vida, assim
688 como os desafios e cobranças que o MIR precisaria fazer aos demais Ministérios envolvidos. Afirmou
689 que as respostas dos Ministérios eram mais efetivas quando a demanda partia da Casa Civil e apontou
690 orgulho pelo fato de metade das metas do PPA envolverem a igualdade racial. Apresentou a Agenda
691 Transversal do PPA, que detalhava a estruturação da agenda racial dentro do Plano. Comprometeu-
692 se a fazer uma apresentação detalhada e atualizada sobre os programas que abordavam a pauta racial
693 e pediu ajuda dos conselheiros na cobrança do cumprimento do PPA. Sugeriu ainda que o Projeto de
694 Lei Orçamentária - PLOA quantitativo fosse debatido na plenária subsequente, ao que a Vice-
695 Presidente Marina Lais Duarte da Silva combinou que, uma vez que a próxima reunião seria
696 descentralizada, os encaminhamentos seriam abordados na primeira reunião ordinária de 2025.
697 Sugeriu-se uma reunião extraordinária para abordar as temáticas, se possível na sequência da reunião
698 de avaliação, em dezembro, caso fosse viabilizada. A Sra. Roberta Eugênio reiterou as dificuldades
699 administrativas que poderiam ser enfrentadas para realização da reunião na semana de 09 a 13 de
700 dezembro. Então, o Conselheiro Nuno Coelho de Alcântara Junior propôs incluir a pauta na reunião
701 ordinária de novembro, sendo debatidas as políticas e metas do MIR além do PPA.
702 Subsequentemente, o Conselheiro Igor Correia dos Prazeres indicou que o Seminário de Alagoas
703 seria uma oportunidade de apresentar e analisar o PLOA 2025. Ainda, o Conselheiro Antônio Ricardo
704 Herculano da Silva perguntou se o orçamento abordaria os valores destinados à cada Secretaria, ao

705 que a Sra. Roberta Eugênio afirmou que os debates seriam à luz do PLOA 2026, e que o 2025 apenas
706 poderia ter o racional apresentado. Disse que as colocações dos conselheiros seriam consideradas
707 para a estruturação do PLOA 2026 e pediu ajuda com os diálogos e articulações com os demais
708 Ministérios, tendo em vista as políticas de igualdade racial não eram de prerrogativa apenas do MIR.
709 Por fim, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva encaminhou a proposta da apresentação da
710 Secretaria Executiva do MIR no Seminário para votação, sendo aprovada pela unanimidade. Ato
711 seguinte, apresentou a Sra. Paula Balduino de Melo, Diretora de Política Nacional para Povos
712 Ciganos. Em posse da palavra, a Sra. Paula Balduino de Melo cumprimentou a todos e anunciou que
713 abordaria os avanços da Política para Povos Ciganos. Apresentou o Plano Nacional de Políticas para
714 Povos Ciganos, desenvolvido a partir da Caravana Brasil Cigano e da sistematização da escuta e
715 lançado em agosto de 2024. Resumiu os escopos do Plano, assim como seus princípios, objetivos e
716 abrangência, além de sintetizar ações possíveis de serem desenvolvidas para proporcionar a execução
717 do Plano. Avançando para as manifestações, a Conselheira Edvalda Bispo dos Santos Viana
718 parabenizou o trabalho e desejou que o Plano de fato fosse executado. A seguir, a Conselheira Rosa
719 Negra perguntou se existia um mapeamento das comunidades ciganas no Brasil. Em resposta, a Sra.
720 Paula Balduino de Melo agradeceu o trabalho e o apoio da Conselheira Edvalda Bispo dos Santos
721 Viana e apontou a falta de dados como um dos principais desafios enfrentados, explicando que foram
722 feitas parcerias com Universidades para desenvolvimento do mapeamento, processo que ainda não
723 tinha sido concluído. O Conselheiro Ivo Gregório de Campos questionou sobre o orçamento e a
724 abordagem nos territórios, ao que a Sra. Paula Balduino de Melo declarou que o recurso era previsto
725 no PPA e que seria publicada uma Portaria com as metas físicas e financeiras do Plano. Somou que
726 o Plano envolveria outros Ministérios e que era atemporal e explicou as pactuações feitas com base
727 nos recursos já previstos nos PPAs. Tratou ainda sobre a segunda fase da Caravana Brasil Cigano,
728 que seria a da implementação. Então, o Conselheiro Nathanael de Souza e Silva mencionou o idioma
729 falado pelos Ciganos no Brasil e perguntou se existiam iniciativas para preservação da espiritualidade
730 e da língua. A Sra. Paula Balduino de Melo resumiu que tinham sido identificadas três línguas ciganas
731 no Brasil e que umas das ações do Plano abrangia um inventário dos idiomas. Em conclusão, a Vice-
732 Presidente Marina Lais Duarte da Silva agradeceu a apresentação e resumiu as deliberações da
733 reunião, a saber - Dia 14/10/2024: leitura da ordem do dia; apresentação e deliberações da V
734 CONAPIR, com o apoio da FLACSO; redistribuição do percentual dos indígenas para os estados;
735 apresentação da Diretoria de Gestão e Administração - DGA sobre o orçamento do MIR; apresentação

736 da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - ASPAR sobre a PEC da anistia e
737 pauta legislativa; apresentação da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades
738 Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos - SQPT sobre a pauta do clima. Dia
739 15/10/2024: leitura da ordem do dia; programação do Seminário de Alagoas; constituição das
740 Comissões Permanentes; indicações para a Jornada de Igualdade Racial; reuniões das Comissões
741 Permanentes; deliberação sobre o envio dos relatórios das reuniões das Comissões Permanentes por
742 e-mail; informe sobre a indicação da RENAFRO e do FONATRANS para o Comitê Técnico da Saúde
743 da População Negra; decisão sobre o Ofício da Casa de Cultura; informe sobre o Encontro de
744 Mulheres Negras 2025; informe sobre a violência sofrida pela Conselheira Rosa Negra; decisão sobre
745 a próxima reunião ordinária do CNPIR; informes sobre o monitoramento do PPA 2024/2027, com a
746 Secretária Executiva do MIR, Sra. Roberta Eugênio; informe sobre o G20 Social; indicação da
747 apresentação da Secretaria Executiva do MIR no Seminário de Alagoas; e apresentação sobre a
748 Política Nacional para Povos Ciganos. Por fim, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva
749 agradeceu a participação e comprometimento de todos, encerrando a 88ª Reunião Ordinária do
750 Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR.